

Designer educacional: o profissional da modalidade de educação à distância

Janaina Cunha Borges

Tutora presencial do curso de Pedagogia do IFMA, Caxias.
Especialização em Informática Educacional no IFMA.
Especialização em Psicopedagogia pela FAMA
Especialização em Gestão de Pessoas pela Laboro
Graduação em pedagogia pela UFMA
E-mail: cborges.janaina@gmail.com

Recebido: 12 mar. 2019

Aprovado: 22 mai. 2019

Resumo: Este texto evidencia a atuação do profissional com capacidade para interagir como interlocutor do processo de ensino na EaD. Um estudo de natureza qualitativa pautado no procedimento bibliográfico, tratará do Designer Educacional como o profissional apto a desenvolver situações para a aprendizagem nesta modalidade de ensino. Um campo para pesquisa, pouco disseminado, cujo referencial poderá agregar resultados à ação docente, especialmente à aprendizagem dos alunos da EaD.

Palavras-chave: Educação a Distância. Design. Designer Educacional.

Abstract: This text evidences the professional's performance capable of interacting as an interlocutor of the teaching process in Distance education (EaD). A qualitative study based on bibliographic procedure will deal with the educational designer as a professional able to develop situations for learning in this teaching modality. A field of research that is not widely spread but which is referential can add results to the teaching action and especially to the learning of EaD students.

Keywords: Distance Education. Design. Educational Designer.

Resumen: Este texto evidencia la actuación del profesional con capacidad de interactuar como interlocutor del proceso de enseñanza en la Educación a distancia (EaD). Un estudio de naturaleza cualitativa basado en el procedimiento bibliográfico tratará del Diseño Educacional como un profesional calificado para desarrollar situaciones para el aprendizaje en esta modalidad de enseñanza. Un campo para investigación, poco diseminado cuyo referencial podrá agregar resultados a la acción docente y especialmente al aprendizaje de los estudiantes de la EaD.

Palabras clave: Educación a Distancia. Diseño. Diseño Educacional.

Introdução

Ao longo do curso de especialização em Informática Educacional, encontramos a oportunidade de conhecer mais sobre a Educação a Distância (EaD), bem como sobre o Designer Educacional (DE), que em virtude do crescimento desta modalidade no Brasil, foi considerado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) como um profissional do futuro, levando sua inserção na Classificação Brasileira de Ocupação (CBO, 2010).

Nesse contexto, justificamos o desenvolvimento desta pesquisa quando lançamos um olhar sobre o DE, visando compreender a atuação de um profissional que age como facilitador do processo de aprendizagem, mas sobretudo alguém ligado às competências do século XXI¹, entre as quais podemos citar as de coordenar a atuação docente, orientar para o planejamento das ações pedagógicas, e fomentar o uso das novas tecnologias no processo educacional.

A seleção das estratégias metodológicas para esta pesquisa, vem requerer a proposição adequada dos objetivos aqui constituídos, entre os quais está o de compreender as competências necessárias para que o DE atue como um coordenador da ação docente no contexto da EaD. Para tanto, se fez necessário apresentar conceitos e marcos teóricos que tratam do DE, relatando inclusive as funções desempenhadas pelo mesmo, segundo a proposta da CBO (2010).

O estudo aqui apresentado, analisará a função do DE e suas contribuições para a formação dos professores que hoje atuam na modalidade de EaD, para a qual há de se ter critérios metodológicos específicos muito claros e objetivos, como meios de se administrar a progressão da aprendizagem, a princípio dos professores e por consequência dos alunos.

Daí aflora a situação problema aqui apresentada, o que procede quando questionamos: a ausência de determinadas competências, pode caracterizar privação de habilidades cognitivas para o exercício da função como DE?

Partindo da problemática em questão, o objetivo da pesquisa é identificar as competências necessárias para que se atue como designer educacional. O que nos remete a uma metodologia de natureza qualitativa, com fundamentação teórica pautada na pesquisa bibliográfica para contextualizar o conceito proposto por autores como

Cavalcante e Filatro (2016), Filatro (2004), (2007) Frescara (2000), Maia e Matar (2007), França (2007), Wensky e Barbosa (2007). E, definir a área de atuação do DE, especialmente nesta última década, identificando as competências que subsidiam seu trabalho a partir dos dados analisados mediante seu reconhecimento em documento normalizador (CBO, 2010).

Para tanto, organizamos este artigo da seguinte forma: Após a introdução, fez-se um retrospecto histórico da EaD, primeiramente de forma geral e de modo específico no Brasil; trouxemos os conceitos elaborados por alguns autores sobre o DE, com foco na distinção entre Design e Designer e na definição do profissional Designer Instrucional e Designer Educacional. Por fim, mas sem encerrar nossa análise, analisamos um documento normalizador de natureza descritiva, a CBO (2010) que detalha as atividades realizadas, os requisitos de formação e as experiências profissionais necessárias para o desempenho da função como DE. Como resultado inicial desta pesquisa será apresentada, após um diálogo com os aportes teóricos, a descrição das competências necessárias para o exercício desta função.

A educação com ou sem distância

O discurso da Educação à Distância encontra-se enraizado pela quebra de paradigmas, historicamente marcados pela expansão populacional e por lutas de classe em busca do acesso a uma educação de qualidade, versos a qualificação da mão de obra para atuar no mercado de trabalho. Nas últimas três décadas, a EaD vem apresentando-se como uma modalidade capaz de democratizar o conhecimento, proporcionando acesso àqueles que se encontram à margem do contexto escolar e tornando-se cada vez mais um instrumento perfeito à promoção de oportunidades.

Apesar disso, a evolução das tecnologias aplicadas à educação, nem sempre revelam metodologias compatíveis às novas formas de gestão de conteúdos. Nesse sentido, o acesso ao computador tornou-se indispensável para inúmeros setores, gerando a necessidade de facilitar a interação homem-computador. A entrada na era digital e o diálogo com ferramentas tecnológicas de trabalho, comunicação, entretenimento e educação, conduzem a sociedade a uma mudança de paradigma, e marcam a tendência desta nova década, enfatizando a necessidade de um aprendizado cada vez mais personalizado, característico da evolução das tecnologias aplicadas à educação.

Nos últimos anos, tecnologia e educação, vêm caminhando em parceria, com o objetivo de auxiliar o processo de aprendizagem, tornando-se cada vez mais comum a utilização de recursos audiovisuais (sistemas e aplicativos) como forma de interação entre professores e alunos.

Educação, etimologicamente, é uma palavra latina (*educare*), cujo significado pode ser traduzido em ato ou efeito de trazer para fora. É uma ação que coincide com a origem da humanidade, atualmente voltada a níveis, áreas e modalidades distintas. Em uma retrospectiva histórica, Barros (2009) afirma que, tanto as cartas de Platão quanto as epístolas de Paulo, no Novo Testamento, caracterizam-se como formas de educação à distância.

A Educação, na modalidade a distância, surgiu de fato em meados do século XIX, nos países da Europa como França, Suécia e concomitantemente nos Estados Unidos, com propostas de ensino por correspondência. Na segunda metade do século XX, como apoio aos materiais impressos, enviados pelos correios, as instituições passam a utilizar outros recursos como rádio e televisão, para difundir seus programas educacionais. Este sucesso do rádio alcançou países como Brasil, Colômbia, México, Venezuela e outros.

Autores como Moran (2007) conceituaram a EaD, como o processo de ensino-aprendizagem mediado por tecnologias, no qual professores e estudantes estão separados espacial e/ou temporalmente, mas conectados e interligados por tecnologias. Para Moore & Kearsley (2008), a EaD é o aprendizado planejado, que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

Percebe-se com isso, que a maior e melhor característica desta modalidade está na ausência (total ou parcial) de contato físico entre professor e aluno, o que não inviabiliza o processo de ensino-aprendizagem, mas abrange um leque de oportunidades para estudo e pesquisa, sob a supervisão de distintos profissionais que se integram nesta nova forma de aprendizagem.

No Brasil em 1904, instituições particulares, em grande parte escolas internacionais, entre elas o Instituto Monitor, ofertavam cursos profissionalizantes por correspondência. Em 1939, foi a vez do Instituto Universal Brasileiro iniciar suas atividades em São Paulo. Mas foi o Rádio, o grande aliado como ferramenta de divulgação da EaD no Brasil, na fase de implantação como modalidade de ensino.

O avanço dos meios de comunicação e a ampliação do acesso à internet, entre os anos de 88 a 91, processou a informatização e a reestruturação do Sistema de Teleducação, período em que se estabeleceu as diretrizes válidas até hoje e, entre as quais podemos citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96), que define de forma clara os critérios da EaD, antes regulamentada pelo Decreto 5.622/2005. De acordo com o Art. 80 da LDB nº 9394/96,

O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regimes especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas (BRASIL, 2019).

No total, quatro artigos da LDB nº9394/96, citam a EaD como ferramenta de ensino. O artigo 80 institui esta ferramenta, definindo que os Governos Federal, estaduais e Municipais ficam responsáveis por promovê-la. Com esta diretriz, no fim do século XX, começam os primeiros credenciamentos oficiais das instituições universitárias que atuam a distância.

Para Serra e Col (2017), é evidente que a educação no Brasil vive um momento de expansão propiciada pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), contribuindo para transpor as barreiras geográficas e temporais até então existentes, especialmente quando se trata de cursos ofertados na modalidade a distância. Estes (os cursos) possuem características próprias e adversas, com aspectos de ensino aprendizagem estruturados de forma dialética, articulada e dinâmica, com processos mais definidos, planejados e não tão acidentais. O que requer o trabalho de uma equipe multidisciplinar, para acompanhamento e apoio à gestão pedagógica deste processo.

Design Instrucional

Diríamos que se trata de uma contribuição ergonômica para uma melhor adaptação entre as características do sistema educacional e o perfil dos usuários. Na literatura, o design instrucional pode ser compreendido como planejamento do ensino-

aprendizagem, sendo incluído o sistema de avaliação, estratégias para elaboração de atividades e materiais. Neste contexto a autora Filatro, define o DI, como:

[...] ação intencional e sistemática de ensino que envolve o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação de métodos, técnicas, atividades, materiais, eventos e produtos educacionais em situações didáticas específicas, a fim de promover, a partir dos princípios de aprendizagem e instrução como o processo (conjunto de atividades) de identificar um problema (uma necessidade) de aprendizagem e desenhar, implementar e avaliar uma solução para esse problema (2007, p. 21).

A origem do Design Instrucional (DI) antecede o boom da tecnologia digital incorporada aos sistemas de aprendizagem, mas foi incluída à evolução das tendências pedagógicas. O termo em inglês, *Instructional*, tem relação direta com a ação realizada pelos professores em sala de aula, enquanto a palavra *design*, também originária do inglês, se refere a desenho, porém em português é mais usado para designar projetos. Para Guillermo (2002), a palavra “design”, quando traduzida perde um pouco seu significado, estando relacionado mais ao ato de planejar do que de somente desenhar, como inicialmente poderíamos conceber. Autores como Coelho, afirmam que “o design possui vários papéis e funções, e se constitui como um leque de atividades que exigem interação, interlocução e parceria com vários sujeitos e suas visões de mundo.” (COELHO, 2011, p. 190). Durante a segunda guerra, o DI destaca-se ainda mais quando soldados precisavam ser treinados, e as tecnologias audiovisuais passam a ser utilizadas para garantir uma formação em massa.

Assim, podemos entender seu significado como afirmara Gomes Filho (2006), o design se resume em uma “concepção, plano ou intenção de criar ou fazer alguma coisa”. Uma ação intencional que envolve planejamento e construção de materiais didáticos, enquanto o profissional da área da educação, o Designer Instrucional é tido por autores como, Kensky e Barbosa (2007), como o responsável pelas etapas de elaboração dos cursos virtuais.

A profissão de Designer Instrucional foi regulamentada no Brasil, somente em 2009, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com o código 2394-35 e sob a nomenclatura principal de “designer educacional”, cabendo a eles:

Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em

todos os níveis de ensino para atender às necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas (CBO, BRASIL, 2010).

Compreender o papel do DE na equipe de trabalho da modalidade de EaD é, sem dúvida, um desafio reflexivo, uma vez que se trata de conceber este profissional de forma ampla, com ação múltipla na orientação sobre os projetos de EaD. O que para Filatro (2004), é uma ação institucional e sistemática de ensino muito importante, que envolve o planejamento, o desenvolvimento e a utilização de métodos, técnicas, atividades, materiais e produtos educacionais em situações didáticas, que têm a finalidade de promover a aprendizagem humana.

França (2007) aponta o Designer como um profissional que conhece teorias, tem prática pedagógica, faz uso das mídias e tem conhecimento das novas linguagens tecnológicas. Mediante estas características profissionais, o concebemos com alguém capaz de estabelecer relações significativas com a concepção dos processos de formação em que atua, neste caso na formação dos professores da EaD. Responsável pela realização e acompanhamento dos processos de ensino, necessário para que o professor atinja o objetivo proposto.

Segundo Gomes Filho (2006), o termo designer educacional, é empregado para planejar e construir os materiais utilizados na EaD, promovendo a orientação dos docentes no que diz respeito ao planejamento didático e estratégias metodológicas adotadas na produção, utilização e publicação das mídias educacionais, especialmente aquelas voltadas para cursos abertos e a distância, intermediados pelas Universidades.

O DE precisa não apenas apresentar estratégias e introduzir recursos, mas ressignificar o papel do professor na EaD, evitando a subutilização das TIC. Para tanto, o trabalho do DE envolve diversas áreas de conhecimento que costumam se entrelaçar, tais como a pedagogia, as tecnologias, a gestão e a psicologia, envolvendo o planejamento, o desenvolvimento e a aplicação de métodos e estratégias de ensino em determinada área de estudo.

Podemos observar que o profissional desta área exerce um importante papel pedagógico, sendo responsável pelo desenvolvimento das metodologias e técnicas utilizadas por professores dos cursos de EaD, desdobrando-se para atender às demandas do processo ensino aprendizagem, dando movimento ao Ambiente Virtual de

Aprendizagem (AVA), e ofertando aos alunos condições para um aprendizado mais dinâmico e significativo.

Competências para um designer educacional

É do papel pedagógico do Designer que pretendemos nos ater, embasados especialmente pela CBO (2010), uma vez que de acordo com os referenciais de qualidade para a educação superior a distância (BRASIL, 2007) há uma diversidade de modelos de EaD, que comportam uma estrutura funcional bem diversificada.

Conforme sinalizado anteriormente, a proposta desta pesquisa está voltada para a atuação de um profissional específico desta estrutura, aquele que oferta ao professor o suporte pedagógico, mediando o processo de ensino-aprendizagem durante a oferta de conhecimentos diversificados. Reconhecido pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 2394-35, o DE encontra-se na família dos programadores, avaliadores e orientadores de ensino, com a nomenclatura principal de “designer educacional” e o termo “designer instrucional” como sinônimo, para cuja descrição sumária consta:

Implementam, avaliam, coordenam e planejam o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atuam em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizam o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas (BRASIL, 2010, p. 322).

A CBO é um documento normalizador de grande relevância social, uma vez que reconhece, nomeia e codifica as ocupações brasileiras, permitindo a integração de políticas públicas advindas do Ministério do Trabalho e do Emprego, sobretudo com relação aos programas de qualificação e intermediação de mão de obra. Servindo ainda como ferramenta para estatísticas de emprego e desemprego, uma de suas funções é de natureza descritiva: “inventaria detalhadamente as atividades realizadas no trabalho, requisito de formação e experiência profissional e as condições de trabalho” (CBO, 2010).

Nesta normativa (2010, p. 321) constam também orientações sobre a formação e experiência, as quais devem se dar mediante: “O exercício dessas ocupações requer curso superior na área de educação ou áreas correlatas. O desempenho pleno das atividades ocorre após três ou quatro anos de exercício profissional”. Entendemos por áreas correlatas, as licenciaturas, sempre seguidas da experiência profissional, que mesmo não sendo na EaD, proporcionarão maior segurança para a orientação junto aos professores. Como condições gerais para o exercício desta função, a norma é clara, os DE podem atuar:

[...] em atividades de ensino nas esferas públicas e privadas. São estatutários ou empregados com carteira assinada; trabalham tanto individualmente como em equipe interdisciplinar, com supervisão ocasional, em ambientes fechados e em horários diurno e noturno. Em algumas atividades podem trabalhar sob pressão, levando-os à situação de estresse (BRASIL, CBO, 2010, p. 321).

Baseados na concepção de Coelho (2011), podemos afirmar que o designer diante de seus diversos papéis (planejar, orientar, formar, avaliar) precisa obter visões de mundo diversificadas, para intervir de forma fundamentada no trabalho do professor. Em geral são ou precisariam ser especialistas em métodos pedagógicos e materiais didáticos, capazes de utilizar como recursos de trabalho:

Computadores, scanner, impressora, multimídia, fitas com filmes em vídeo, fitas.
Cassetes, giz, lápis, canetas, livros, periódicos, jornais impressos e revistas;
Lousas branca e magnética, quadros, mesas, cadeiras, estantes, armários;
Microfone, aparelho de som, gravadores, papéis; Softwares, disquetes, CD rom, telefone, fax. (BRASIL, CBO, 2010, p. 321)

O DE precisa estabelecer pontes efetivas entre educadores e os recursos didáticos, orientando os professores, para que compreendam melhor as possibilidades para uso de cada recurso, especialmente os tecnológicos. O AVA incorpora inúmeras formas de interação por meio das TIC, quase sempre subutilizadas por seus interlocutores. É necessário desenvolver habilidades e competências que atendam às exigências desta modalidade de ensino, como o domínio das tecnologias de comunicação e a capacidade de potencializar a interação dessas tecnologias no campo educacional (MINATTI; THOMÉ, 2013).

Com base na CBO, organizamos um quadro (síntese) descritivo sobre as competências necessárias para que se exerça a função de designer educacional. Entre tantas, decidimos por elencar:

Tabela 1: Adaptado da CBO (2010).

AÇÕES	ATIVIDADES
IMPLEMENTAR A EXECUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO/ INSTRUCIONAL	Acompanhar o desenvolvimento do trabalho docente/autor; Administrar a progressão da aprendizagem; Produzir material de apoio pedagógico; Sugerir mudanças no projeto pedagógico.
AVALIAR O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO/ INSTRUCIONAL	Construir sistemas e instrumentos de avaliação; Detectar e propor soluções aos eventuais problemas educacionais; Assegurar-se da consonância da concepção de avaliação com os princípios do projeto pedagógico; Verificar o cumprimento das metas.
VIABILIZAR O TRABALHO COLETIVO	Criar mecanismos de participação/interação; Estabelecer sintonia entre as teorias de aprendizagem e as modalidades de ensino.
PROMOVER A FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS	Estudar continuamente; Participar de cursos, seminários e congresso, fóruns: acadêmicos, políticos e culturais; Pesquisar os avanços do conhecimento científico, artístico, filosófico e tecnológico, práticas educativas; Aprofundar a reflexão sobre as teorias da aprendizagem, os currículos e metodologias de ensino; Registrar a produção do conhecimento sobre a prática educacional Olhar com intencionalidade pedagógica; Orientar atividades interdisciplinares; Promover cursos, oficinas.
COMUNICAR-SE	Expressar-se com clareza; Socializar informações; Elaborar relatórios; Sistematizar registros administrativos e pedagógicos; Emitir pareceres.
DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS	Respeitar a autonomia do educador; Criar clima favorável de trabalho; Demonstrar capacidade de observação, criatividade, pró-atividade, versatilidade e flexibilidade.

Os saberes acima descritos não são provenientes de uma única fonte, mas estão arraigados em diferentes momentos históricos e servem de base para o ofício do DE.

São estes os conhecimentos científicos, as competências técnicas e pessoais que os DE devem mobilizar diariamente em seu ambiente de trabalho, cuja relevância diferencia-se de uma realidade institucional para outra. Por meio dos estudos realizados e da prática vivenciada, os encontramos atuando especificamente em instituições de ensino superior sob diferentes denominações, algumas das quais foram citadas aqui.

Mediante o que é proposto por autores acima mencionados, além das competências apresentadas pela CBO (2010), o DE pode atuar em diferentes níveis e modalidades da educação, mas tem se destacado na modalidade a distância. Os que hoje atuam nesta função, não têm uma formação específica e por vezes não apresentam as competências necessárias para estabelecer relações mais significativas com o professor. Foi o que constatamos a partir de um diagnóstico situacional, realizado em uma determinada instituição de ensino superior. A partir do qual verificamos que dos dez DE questionados, somente três conheciam o projeto político pedagógico do curso que acompanhavam. Um documento que deveria servir como mapa de orientação para o alcance dos objetivos propostos pelo curso, vem sendo subutilizado pela equipe em sua prática pedagógica.

Identificamos ainda que os DE conhecem métodos e recursos pedagógicos, porém não possuem o domínio prático, o que torna seus usos e indicações, irrelevantes aos olhos dos professores. Para Almeida (2003) a experiência no que diz respeito ao uso de tecnologias educacionais, mediação pedagógica e interatividade, deve ser priorizada, pois permite “integrar múltiplas mídias e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e conhecimento.” (p.4).

Outro ponto analisado refere-se à formação destes profissionais, mesmo possuidores de cursos superiores e com pós graduações, ao contrário do que propõe a CBO (2010), esta formação não necessariamente é correlata à dos professores que orientam e, a ausência de experiência na produção dos materiais e principalmente na docência têm sido motivo para questionamentos por parte dos professores que por eles são orientados.

Como resultado desta pesquisa, evidenciou-se a fragilidade das ações, em especial da formação ofertada aos professores, por se tratar de uma área que requer/exige conhecimentos técnicos, formação pedagógica, experiência e práticas de trabalho. Isto nos motiva a deixar em evidência o proposto por França (2007), quando aponta que o Designer enquanto profissional da EaD, precisaria conhecer teorias que envolvem o processo, além de ter uma prática pedagógica e fazer uso das mídias da

educação com conhecimento das novas linguagens tecnológicas. Uma vez que cabe a ele assessorar o docente na construção do material didático a ser disponibilizado via AVA, seguindo formas e possibilidades diversas. É ele quem analisa o plano de ensino da disciplina a partir do Projeto Político Pedagógico do curso e propõe estratégias de aprendizagem conforme as especificidades da clientela.

Notas finais

Diante destas considerações, percebemos que o Designer Educacional como profissional da EaD, tem firmado uma sólida posição no mercado de trabalho brasileiro. Suas ações são complexas, e não poderão ser reduzidas a uma lista de afazeres previamente proposta. Dentro das instituições de ensino, ele deverá não apenas mediar o trabalho pedagógico, mas levar os envolvidos a uma reflexão crítica sobre sua proposta de trabalho, sem a imposição de uma prática descontextualizada das características da instituição onde atua. Entretanto a ausência de uma formação específica por vezes, o distancia de sua real proposta de trabalho no contexto educacional.

Por meio do estudo realizado neste trabalho de conclusão de curso, ficou evidente que ainda são minguadas as pesquisas e publicações sobre este tema, bem como raras são as instituições que têm ofertado uma formação específica a este profissional, além do aumento da demanda de trabalho para esse campo, especialmente no que se refere a EaD.

Não é uma crítica, mas, a conclusão que emerge a partir das leituras realizadas, é que não basta constar na Classificação Brasileira de Ocupação, faz-se necessário obter uma formação específica para atuar de forma construtiva na formação do docente e não para aliená-lo diante das demandas do processo. Precisa se ater ao real significado de sua função: “ser formador dos educadores”.

Portanto, seu trabalho não se resume em detectar erros ou lacunas no processo, mas compreender o objetivo do curso/disciplina e a importância desta para a formação dos alunos. A figura do professor permanecerá latente, se o DE potencializar o processo de ensino, fomentando a capacidade de gerar aprendizagem significativa contida no professor da EaD.

Referências

- ALMEIDA, M. E. B. **Formando professores para atuar em ambientes de aprendizagem interativos e colaborativos**. São Paulo: PUC-SP, 2000. Disponível em: <<http://www.nave.pucsp.br/doc/formando.doc>>. Acesso em: mar. 2019.
- _____. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson, 2007.
- BARROS, D. M. V. **Guia didático sobre as tecnologias da comunicação e informação**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2009.
- _____. **Educação a distância e o universo do trabalho**. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- BRASIL. (2010). **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. 3 ed. v. 1. Brasília: MTE, SPPE, 2010. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>. Acesso: 15 fev.2019.
- _____. (2018). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB n. 9394/96**, Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 24 jan.2019.
- _____. (2007). **Referenciais de qualidade para educação superior a distância versão preliminar**. Brasília: MEC/Seed. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-ead>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- CAVALCANTI, C.C. e FILATRO, A. **Design thinking: na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva, 2016.
- COELHO, L. (org.). **Conceitos-chave em design**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2011.
- DEBLANTES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Mina o (orga.). 28 ed. Petrópolis: vozes, 2009.
- DRON, J.; ANDERSON, T. **Três gerações de pedagogia de educação a distância**. Athabasca University, Canadá. Fundação Cecierj. n. 2, Rio de Janeiro. Nov, 2012.
- FILATRO, A. **Design Instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. São Paulo: Senac. 2004.
- FRANÇA, G. **O Design instrucional na Educação a Distância**. São Paulo: Esfera, 2007.
- FRESCARA, Jorge. **Deseño gráfico e communication**. 7. ed. Buenos Aires, Argentina: ediciones infinito, 2000. p.03.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002
- GOMES FILHO, J. **Design do objeto: bases conceituais**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.
- GUILLERMO, A. **Design do virtual ao digital**. Rio de janeiro: Rio books, 2002

KENKY e BARBOSA. Citado em **O designer instrucional e o olhar pedagógico** de OLIVEIRA, E. S. E FIGUEIREDO, A.P.S. Disponível em <file:///C:/Users/User/Downloads/artigopublicado.pdf>. Acesso em 15 Fev. 2019.

KENSKI, V. M.; BARBOSA, A. C. L. S. **Gestão de pós-graduação a distância: curso de especialização em designer instrucional para educação on-line**. In: congresso luso brasileiro de política e administração da educação, Porto Alegre, 2007. Anais. Porto Alegre: Anpae, 2007. 12 p.

LOBO NETO, F. J. S. Tecnologia educacional. **Revista Tecnologia Educacional**, v. 25, n. 130, p. 43-45, mai. 1995.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MERCADO, L. P. L. **Formação docente e novas tecnologias**. IV Congresso RIBIE, Brasília, 1998. Disponível em: http://www.ufrgs.br/niece/eventos/RIBIE/1998/pdf/com_pos_dem/210M.pdf. Acesso em 05 fev. 2019.

MOORE, M. G.; KEARSLEY, G. G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MORAN, J. M. (S.D.) **As mídias na educação: desafios na comunicação pessoal**. 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002.

ⁱ Também conhecida como habilidades socioemocionais, as competências do século XXI são um conjunto de comportamentos e aptidões que preparam alunos para o futuro. Em outras palavras, são estratégias que geram a capacidade de conviver em sociedade (MERCADO, 1998).